

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2020.

Poliana Karla Pedro de Oliveira

Código de Manifestação: 203.004.744.631

Prezada Senhora,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 011.262-5/2020 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011, a seguir transcrito:

“...Gostaria das seguintes informações:

1) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DE 2000 A 2004?

2) Quais ações o Estado adotou para entre os anos de 2000 a 2014 não ultrapassar os limites com despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal?”

Em resposta, o Setor Especializado informou que:

“Quanto ao item “1” (RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DE 2000 A 2004)

Com relação a este item, poderá a requerente obter as referidas informações nas Prestações de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, cujas cópias dos dados disponibilizados no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP foram realizadas por esta Coordenadoria, conforme relação a seguir:

- Processo TCE-RJ nº 105.067-8/01 - Prestação de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2000;
- Processo TCE-RJ nº - 103.089-4/02 - Prestação de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2001;
- Processo TCE-RJ nº 104.687-1/03 - Prestação de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2002;
- Processo TCE-RJ nº 102.927-7/04 - Prestação de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2003;
- Processo TCE-RJ nº 103.291-5/05 - Prestação de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2004.

Esclarecemos que não consta disponibilizada no SCAP a digitalização do Processo TCE-RJ nº 103.291-5/05.

Também cumpre anotar que, com relação aos demais processos, em razão do lapso temporal, verificamos que suas digitalizações não se encontram disponibilizadas de forma integral nesta Corte de Contas.

Importante destacar que, na época em questão, os processos supracitados tramitavam fisicamente, e eram encaminhados à Assembleia Legislativa deste Estado.

Cumpre consignar que, com fulcro no artigo 123 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o artigo 36 da Lei Complementar nº 63/90, é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador de Estado e sugerir as medidas convenientes para final apreciação pela Assembleia Legislativa, para onde os processos são remetidos, na íntegra.

Quanto ao item “2” (Quais ações o Estado adotou para entre os anos de 2000 a 2014 não ultrapassar os limites com despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal?)

Com relação ao item “2”, deverá a requerente obter a referida informação diretamente junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.”

Por fim, o Setor Especializado destacou que não serão atendidos pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, conforme previsto no inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 275 de 25/03/2013, que dispõe sobre o acesso à informação pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução nº 275, de 25/03/2013

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:
(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br